CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO

P A R E C E R N° 1262/72

Aprovado por Deliberação

em 13/09/1972

PROCESSO : CEE N° 5495/71
INTERESSADO: EMPRESA CENTRAIS ELÉTRICAS DE SÃO PAULO S/a - CESP
ASSUNTO : Isenção de recolhimento do salário-educação para o
 Exercício de 1970
CÂMARA DO ENSINO DO PRIMEIRO GRAU
RELATOR : Conselheiro JOSÉ CONCEIÇÃO PAIXÃO

V O T O

HISTÓRICO:

1. A empresa Centrais Elétricas de São Paulo S/A -CESP solicita nos termos da alínea "a", do artigo 5° da Lei n° 4440 de 27 de outubro de 1964 e artigo 8° do Decreto n° 55.551 de 12 de janeiro de 1965 que a regulamentou - a isenção em caráter inicial do recolhimento do salário-educação e a consequente expedição do certificado modelo "A", para o exercício de 1970.

2. Acompanhando o protocolado n° 5.495/71 encontra-se o processo 5583/71 que contém cópias xerografadas de consultas feitas pela Empresa à Secretaria da Educação, a respeito do convênio firmado entre ambas e vários, documentos do SEPE a respeito do referido convênio. Pelas duas informações do SEPE contidas nesse processo vemos como era irregular a situação da empresa em relação ao cumprimento da sua obrigação no que diz respeito ao salário-educação.

A presente solicitação tem justamente a finalidade de regularizar a antiga situação da empresa. Não cabe a este CEE nenhum pronunciamento a respeito do processo 5583/71. Nosso parecer limita-se, pois, ao processo 5495/71.

3. No referido processo encontram-se as seguintes documentos:

- 3.1. Ofício da direção da empresa ao SEPE. (fls. 2);
- 3.2. Relação dos documentos enviados à Secretaria da Educação (fls. 3);
- 3.3. Demonstração da retenção do salário-educação do conjunto hidroelétrico de Urubupungá (fls. 4);
- 3.4. Guias de recolhimento ao INPS (fls. 5 - 37);
- 3.5. Relação de alunos do Grupo Escolar de Vila dos Operadores da Usina de Jupia - 10 alunos (fls. 37 -40);
- 3.6. Relação nominal de alunos matriculados no ensino primário - 2066 alunos (fls. 41 - 88),
- 3.7. Atestado da autoridade escolar, com referencia não apenas ao ensino primário, mas também ao ensino maternal, pré-primário e supletivo (fls. 89 a 90);
- 3.8. Atestado da Secretaria da Educação e Cultura, das obras de Urubupungá - SEC - (fls.- 91 - 92),
- 3.9. Atestado do Chefe do Setor de Operação da Usina de Jupia (fls. 93);

- 3.10. Relação das despesas com ensino primário em 1970 da Administração Especial de Ilha Solteira (fls. 94);
- 3.11. Despesas do Grupo Escolar de Vila dos Operadores da Usina de Jupuíá (fls. 95);
- 3.12. Ofício do SEPE solicitando da empresa vários documentos novos e a retificação de outros envia dos sem as exigências legais (fls. 96);
- 3.13. Ofício da empresa encaminhando ao SEPE a documentação solicitada; (fls. 97)?
- 3.14. Comunicação da empresa afirmando que recolhe as quotas previdenciárias em 7 guias, nesta Capital (fls. 98);
- 3.15. Declaração do salário contribuição e do salário educação do Escritório Central em 1970 (fls. 99);
- 3.16. Guias de recolhimento ao INPS que comprovam que não houve dedução (fls. 100 - 111);
- 3.17. Declaração do salário contribuição e do salário-educação do Escritório do Rio de Janeiro (fls. -112);
- 3.18. Guias de Recolhimento ao INPS da anuidade do Rio de Janeiro, comprovando que não houve dedução do salário educação (fls. 113 - 123);
- 3.19. Declaração do salário contribuição e do salário educação do setor de Jupuíá (fls. 124);
- 3.20. Guias de recolhimento ao INPS, comprovando que as deduções foram feitas irregularmente (fls. 125 -136);
- 3.21. Relação do salário educação e do salário contribuição de Ilha Solteira (AEIS) (fls. 137);
- 3.22. Guias de recolhimento ao INPS, comprovando que as deduções foram feitas sem que a empresa estivesse de posse do certificado (fls. 138 - 146);
- 3.23. Relação do salário contribuição e do salário educação de Ilha Solteira (CTC) (fls. 147);
- 3.24. Guias de recolhimento ao INPS, mostrando que a contribuição do salário educação foi irregularmente deduzida (fls. 148 - 159);
- 3.25. Relação do salário contribuição e do salário educação da unidade CESP - Jaguari-Paraibuna (fls. 160);
- 3.26. Guias de recolhimento ao INPS, comprovando que as deduções do salário educação foram feitas sem que a empresa tivesse o certificado de isenção (fls. 161 - 166);
- 3.27. Guias de recolhimento ao INPS, com as deduções feitas (fls. 168 - 179);
- 3.28. Atestado da Delegacia de Ensino Elementar de Andradina sobre as duas unidades escolares da empresa de Ilha Solteira (fls. 180 - 181);
- 3.29. Relação nominal dos 2.066 alunos do curso primário nas 2 unidades de Ilha Solteira (fls. 182 - 232),
- 3.30. Atestado da Delegacia do Ensino Elementar de Andradina sobre as unidades de ensino da empresa na Usina de Jupuíá (fls. 233);

- 3.31. Relação nominal dos 105 alunos do curso primário Da Usina Jupiá (fls. 23[^] - 238);
- 3.32. Demonstrativo das despesas com o ensino primário em Ilha Solteira (fls. 239 - 280);
- 3.33. Demonstrativo das despesas com o ensino primário em Jupiá (fls. 281);
- 3.34. Informação n° 418/71 do SEPE (fls. 282 - 288);
- 3.35. Providências do SEPE solicitando da empresa o recolhimento ao INPS da quantia deduzida a mais (fls. 289 - 291);
- 3.36. Guia de recolhimento ao INPS provando que a empresa recolheu o que devia (fls. 292);
- 3.37. Informação n° 427/71 do SEPE;
- 3.38. Providências de encaminhamento do processo a este CEE;
- 3.39. Certificado modelo "A" n° 4/71 expedido pelo SEPE a favor da empresa (4 vias)

4. Nota a informação 418/71 do SEPE que esta solicitação a empresa deveria ser ultimada nos primeiros meses do exercício de 1970.

A empresa, entretanto, com base em um convênio celebrado com a Secretaria da Educação para manter um centro de ensino em Ilha Solteira, descontou parte da contribuição do salário-educação no recolhimento das suas quotas previdenciárias.

Essa dedução foi ilegal, pois do simples convênio com a Secretaria da Educação não poderia ter decorrido a isenção de que a empresa se beneficiou. A empresa não possuía o certificado de isenção necessário para tal medida. O convênio entre a empresa e a Secretaria da Educação foi denunciado na atual administração pela Senhora Secretária da Educação.

5. A empresa pretende agora regularizar a sua situação quanto ao salário-educação, alegando que realmente manteve unidades de ensino de primeiro grau às suas exclusivas expensas, nelas aplicando os recursos deduzidos no recolhimento daquela contribuição com pulsaria.

6. O salário contribuição da empresa, no período de fevereiro de 1970 a janeiro de 1971. extraído das folhas de salário de todas as suas sete dependências situadas em diferentes localidades do Estado e que integram a razão social CESP S/A, atingiu o montante de Cr\$ 104.431.691,34 correspondendo a Cr\$ 1.462,043,36 o valor do salário-educação devido no mesmo período.

7. Os atestados da autoridade de ensino declaram que a empresa mantém três unidades próprias de ensino de primeiro grau às suas exclusivas expensas as três unidades estão registradas no antigo Departamento de Educação. Às autoridades escolares declaram ainda que o ensino é inteiramente gratuito, que os professores não são remunerados pelo Estado, e que as três unidades proporcionaram ensino a 2.171 alunos.

8. As três unidades de ensino da empresa apresentam a relação nominal dos 2.171 alunos matriculados no ano letivo de 1970.

9. Do montante anual de seu salário-educação no exercício de 1970 - Cr\$ 1.462.043,36 - a empresa recolheu Cr\$ 858.307,69, e descontou Cr\$ 603.735,67, assim distribuídos pelas sete dependências da empresa:

Escritório Central	Não houve
Escritório do Rio de Janeiro	Não houve
Setor Op. Par. Jupia	69.113,99
Ilha Solteira (AEIS)	111.510,79
Ilha Solteira (CTC)	285.894,14
Jaguari/Paraibuna	Nao houve
Unidades descentralizadas	137.216,75
TOTAL	603.735,67

10. As guias do Escritório do Rio de Janeiro estão incluídas na presente prestação de contas, porque o recolhimento das quotas previdenciárias dos servidores daquela, dependência e feito pela folha de salários da sede, no Estado de São Paulo.

11. A dedução de Cr\$ 137.216,75 feita nas guias de recolhimento ao INPS de competência das "Unidades descentralizadas" refere-se a 918 bolsistas de convênio celebrado entre a unidade da CESP S/a em Rio Claro e o SESI, como consta do processo 4.285/71 que trata da renovação da isenção para 1971 e prestação de contas de isenção de 1970 e do processo 4946/71 que se refere ao Relatório SESI-VII/70. Nesse caso a empresa deduziu a menos a importância de Cr\$ 847.69, pois a unidade conveniente à vista do número de alunos bolsistas poderia ter se beneficiado da importância de Cr\$ 138.064,44 e, no entanto recebeu apenas Cr\$ 137.216,75.

12. A empresa apresenta as demonstrações das despesas ocorridas com o custeio de suas unidades próprias de ensino no exercício de 1970. Tais despesas atingem o montante de Cr\$ 3.232.869,22.

Dessa quantia, contudo, ó preciso descontar a importância de Cr\$ 80.555,80 que não representa gastos com o custeio de ser viços de ensino primário, uma vez que se refere aos seguintes itens: despesas com estagiários, equipamentos em geral, móveis e utensílios, ordenados de professores de ensino médio e encargos sociais. Assim, pois, a despesa geral declarada fica reduzida para Cr\$ 3.152.313,42.

13. O montante do salário educação deduzido pela empresa foi de Cr\$ 603.735,67. Tal valor, de acordo com os cálculos feitos pelo SEPE, corresponde à obrigatoriedade de custeio de 4.283 bolsas de estudo.

14. Contudo, a matrícula afetiva, nas três unidades de ensino da empresa atingiu 2.171 alunos e com mais 918 bolsistas do convênio celebrado com o SESI atinge o total de 3.089 alunos beneficiados pela empresa. Ha, pois, uma diferença de 1.194 alunos com relação aos 4.283 da obrigatoriedade, constatada à vista das deduções no recolhimento do salario-educação.

15. O valor das bolsas realmente concedidas (3.089) de acordo com os cálculos do SEPE é de Cr\$ 438.977.79. A essa quanta o SEPE soma a importância de Cr\$ 847,69 uma vez que a unidade de Rio Claro deixou de se beneficiar dessa importância. O total de isenção a que a empresa tinha direito era pois de Cr\$ 439.825,48. Como, porem a em presa tinha deduzido Cr\$ 603.735,67 concluiu o SEPE que restava uma diferença de Cr\$ 163.910,19 a ser recolhida, ao INPS.

16. Tendo em vista esse débito da empresa o Sr. Diretor do Departamento de Ensino Básico comunicou à empresa que o certificado solicitado só poderia ser expedido após o recolhimento da importância de Cr\$ 163.910,19.

17. Em nova informação (nº- 427/71) o SEPE esclarece que

a empresa apresentou a fotocópia da guia do INPS na qual faz prova de haver recolhido a citada importância de Cr\$ 163.910,19 em 22 de XII de 1971.

18. Cumprida a exigência reclamada o SEPE emitiu o Certificado modelo "A" nº- 04/71 em favor da empresa Centrais Elétricas de São Paulo S/A - CESP concedendo-lhe a isenção anual de recolhimento do salário-educação para o exercício de 1970 no montante de Cr\$ 308.520\$1, correspondente ao custeio de 2.171 alunos em suas três unidades de ensino.

CONCLUSÃO:

Tendo em vista que todos os cálculos do SEPE estão exatos; que se trata de regularizar a situação da empresa em relação às suas obrigações referentes ao salário-educação, Homologa-se o Ato do SEPE que expediu o Certificado Modelo "A" nº 4/71 em favor da Empresa CENTRAIS ELÉTRICAS DE SÃO PAULO S/A - CESP.

As Informações SEPE- 418/71 e 427/71 passam a fazer parte do Processo deste CEE referente ao assunto.

Este o nosso VOTO, S.M.J.

São Paulo, 25 de Julho de 1972.

a) Conselheiro JOSÉ CONCEIÇÃO PAIXÃO - Relator

A CÂMARA DO ENSINO DO PRIMEIRO GRAU, em sessão realizada nesta data, após discussão e votação, adotou como seu Parecer a conclusão do VOTO do Nobre Conselheiro JOSÉ CONCEIÇÃO PAIXÃO.

Presentes os Nobres Conselheiros: JOSÉ BORGES DOS SANTOS JÚNIOR, JOSÉ CONCEIÇÃO PAIXÃO, JAIR DE MORAES NEVES, MARIA DE LOURDES MARIOTTO HAIDAR e THEREZINHA FRAM.

Sala das Sessões da Câmara do Ensino do 1º Grau, em 10 de agosto de 1972

a) Conselheiro JAIR DE MORAES NEVES - Presidente